



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/06/2024 a 30/06/2024

Assunto: “queimada” or “incêndio florestal”

Documento 1/9

109.2024	Sessão Ordinária - CD	05/06/2024-16:04
Publ.: DCD - 06/06/2024	Padre João-PT -MG	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado comemorou o Dia Mundial do Meio Ambiente, destacando sua atuação parlamentar em prol da preservação ambiental. Elogiou a política ambiental do Presidente Lula com a meta de desmatamento zero na Amazônia até 2030 e, em parceria com o Presidente francês Emmanuel Macron, o investimento bilionário em bioeconomia na região. Celebrou a redução significativa do desmatamento e dos incêndios na Amazônia e na Mata Atlântica. Ressaltou a responsabilidade individual na redução do consumo e na destinação adequada do lixo, enfatizando a importância da reciclagem. Por fim, defendeu a necessidade de um compromisso político permanente com as futuras gerações e com a agricultura sustentável.

O SR. PADRE JOÃO (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, obrigado.

Eu venho aqui também externar o meu compromisso político com o meio ambiente e celebrar o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Hoje nós podemos celebrar, porque o Presidente Lula externa esse compromisso com o desmatamento zero na Amazônia até 2030 e, ao mesmo tempo, junto com o Presidente Macron, anuncia um programa de 5,4 bilhões de reais para a bioeconomia na Amazônia. É possível ter desenvolvimento sustentável, com responsabilidade, em todas as áreas — em todas as áreas.

E neste ano celebramos, sim, com alegria, o Dia Mundial do Meio Ambiente, porque houve redução do desmatamento na Amazônia em 60%, redução do desmatamento da Mata Atlântica em 27%. Houve também a redução de incêndios, inclusive por conta de um grande investimento no combate a incêndios.

Então, celebrar o meio ambiente é ter responsabilidade com a mãe Terra, com a biodiversidade, com essa geração, em todos os setores, e com as gerações



futuras. Digo isso porque cada cidadão tem a responsabilidade, por exemplo, quando vai fazer uma compra, de saber que tipo de material está comprando. E tem a responsabilidade de reutilizar, reusar o material, reciclar e reduzir o consumo também, porque há pessoas que consomem demasiadamente. É impressionante o tanto de lixo que geram e a ele não dão a destinação correta.

Acho que o Poder Legislativo e também o Poder Executivo, em âmbito estadual e municipal, têm que ter essa mesma responsabilidade que o Presidente Lula vem tendo no sentido de dar ao lixo a destinação correta, de promover de fato a reciclagem e a reutilização de todo material.

Não dá para cada cidadão ter também um consumo totalmente desenfreado — não dá! Todo material é finito, é finito! Então, o nosso modo de vida hoje tem que buscar, sim, dignidade e qualidade de vida. E também temos que pensar nas gerações futuras daqui a 10 anos, daqui a 100 anos, daqui a 500 anos. O compromisso político não pode ser só com o agora, com esta geração, mas também com as gerações futuras. Por isso, sempre uma relação amorosa com a terra, com as águas, com toda a biodiversidade é de fundamental importância.

Com alegria, celebro o Dia Mundial do Meio Ambiente e também externo aqui a nossa atuação responsável seja com as barraginhas, seja com as ecotécnicas, seja com a agricultura familiar. E não é verdade que a Esquerda condena a agricultura. Nós defendemos a agricultura, mas a agricultura que respeita a mãe Terra e a biodiversidade, inclusive com a produção de alimento orgânico.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado tanto no programa *A Voz do Brasil* como nos demais veículos de comunicação.

Muito obrigado.

Documento 2/9

109.2024	Sessão Ordinária - CD	05/06/2024-16:08
Publ.: DCD - 06/06/2024	Gustavo Gayer-PL -GO	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o Governo Federal, destacando sua decadência política. Condenou a atuação do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados para proteger o Deputado André Janones, acusado de praticar o crime de "rachadinha". Ademais, celebrou a dificuldade do Governo na votação do Senado a respeito da tributação da importação de compras online, conhecida como "taxação das blusinhas". Além disso, criticou as mortes por



dengue, as mortes dos ianomâmis, o déficit nominal das contas públicas bem como as queimadas e desmatamentos. Adicionalmente, responsabilizou o Governo Federal pela greve nas universidades e pela falta de recursos para manutenção do funcionamento das agências reguladoras. Por último, repudiou a política de importação de arroz de má qualidade de países que utilizam agrotóxicos e trabalho escravo, a pretexto das enchentes no Rio Grande do Sul.

O SR. GUSTAVO GAYER (PL - GO. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

O que nós vimos testemunhando, desde 2 semanas atrás, é a morte lenta e agonizante deste Governo, que agora se mantém vivo através de aparelhos — está agonizando. Na semana passada foi uma alegria nacional ver as retumbantes derrotas... Este Governo foi espancado, linchado, escrachado em três pontos cruciais, dentre eles o de salvar e libertar criminoso, o que, graças a Deus, a Oposição não deixou.

E hoje este Governo agonizante conseguiu um feito inédito na Câmara dos Deputados: através da mobilização do PSOL e do PT, eles liberaram a rachadinha. Ao proteger o Deputado André Janones, um criminoso confesso, que assumiu que fazia rachadinha, o PT, que sempre usou esse crime para atacar seus adversários, liberou a rachadinha aqui no Congresso.

Queridos amigos Deputados, aqueles que quiserem, está liberado fazer a rachadinha. Podem arrancar o salário dos seus assessores, porque, graças ao PT e ao PSOL, a partir de agora o Conselho de Ética vai passar pano para vocês.

E a situação é tão grave que, nesta semana, veio outra derrota. A taxação das blusinhas foi empacada. É exatamente isto: o Governo queria, tentou de todas as formas fingir que não era com ele, que não tinha nada a ver com isso, mas vai o Relator ao Senado e admite que foi uma interlocução, uma pressão do Haddad e do Lula para taxar as compras asiáticas, compras que os mais pobres fazem.

É um Governo que bate recordes diariamente, gente! Moribundo como está, continua batendo recordes: recorde em morte por dengue, recorde em morte de ianomâmis, recorde em queimadas e desmatamento. Há uma mentira que um antecessor meu disse agora, pois houve 900% de aumento em queimadas no Pantanal. Esse é o Governo que veio para salvar o meio ambiente.

E o que descobrimos? Que esta semana houve busca e apreensão na sede do PT em São Paulo. Sabem por quê, meus amigos? Crime eleitoral. Para eleger quem? O Boulos, que votou a favor da rachadinha hoje e vem envergonhando a Câmara dos Deputados e as agências reguladoras dizendo que elas vão ter que parar de funcionar por causa do, abro aspas, "apagão financeiro do Governo".

Prestem atenção: as agências reguladoras vão parar de funcionar — a ANTT, a ANA e todas as outras — por apagão financeiro. O que eu não consigo



entender, afinal: esse é o Governo que mais taxou a população na história e não tem dinheiro para pagar as próprias agências reguladoras?

Bom, de uma coisa sabemos: o déficit nominal bateu recorde, superando o da pandemia. Esse Governo é tão ruim, tão ruim, Deputado José Medeiros, que ele conseguiu ser pior que a pandemia na nossa economia. E também é ruim na educação, visto que agora já são cem instituições que estão em greve há mais de 70 dias. Mais de 20 mil alunos não podem assistir às aulas porque o Governo enganou os professores, que, por sua vez, doutrinaram os alunos.

Antes de concluir, Presidente, a verdade está nas pesquisas: um Governo mais rejeitado que aprovado. Inclusive, o povo está com saudade do Bolsonaro; quem diz são as próprias pesquisas.

E, para piorar, a cereja do bolo: o Governo usa a tragédia no Rio Grande do Sul para comprar arroz de países que não têm nenhum regimento ambiental, arroz que vem com trabalho escravo e com agrotóxicos que são proibidos no Brasil, Presidente. Olhe o absurdo que estamos testemunhando!

Aqui, os nossos produtores rurais não podem usar herbicidas, mas, nos outros países, usam tóxicos. E o Governo está usando o nosso dinheiro para comprar arroz de quinta qualidade, com o selo dele, uma ração para distribuir para os mais pobres. Ração, é isso que esse Governo está fazendo. Prometeu picanha e está dando ração envenenada, usando a tragédia do Rio Grande do Sul.

Como eu disse, morreu, acabou esse Governo.

Documento 3/9

109.2024	Sessão Ordinária - CD	05/06/2024-20:09
Publ.: DCD - 06/06/2024 -	Capitão Alberto Neto-PL -AM	
	ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o Governo Lula, destacando uma série de recordes negativos nos campos fiscal, ambiental, educacional e sanitário. Apontou o aumento significativo das mortes por dengue, a falta de recursos nos hospitais públicos e o crescimento alarmante das queimadas na Amazônia. Comparou, ainda, a situação atual com a gestão Bolsonaro, questionando a falta de críticas por parte da imprensa, artistas e universidades. Expressou preocupações com a evasão escolar e a insegurança jurídica no campo e Concluiu afirmando a necessidade de vigilância e cobrança de responsabilidade do governo para superar os desafios e recolocar o Brasil no caminho do progresso.



DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CAPITÃO ALBERTO NETO (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

O Sr. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL-AM) pronuncia o seguinte discurso: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a imprensa, os artistas e as universidades eram altamente críticas ao Governo Bolsonaro: até mesmo o leite condensado, que há décadas fazia parte da ração militar, foi elevado à categoria de escândalo.

Não vemos o mesmo alvoroço, porém, frente a série de recordes negativos já alcançados pelo Governo Lula, no campo fiscal, ambiental, educacional e sanitário. Quase não se ouvem as acusações de genocídio, ecocídio e economicídio, que antes eram levantadas com extrema facilidade contra Bolsonaro.

Os lanomâmis continuam morrendo, até mais do que sob a gestão anterior. As mortes por dengue mais do que triplicaram. O rombo fiscal passou do trilhão de reais, e as queimadas quase duplicaram na Amazônia. Não se vê, porém, o protesto dos artistas, dos universitários e dos jornalistas, ou melhor, “jornalulistas”.

Em 2024, o Brasil registrou 1.116 óbitos por dengue nas primeiras treze semanas do ano, o maior número desde o início da série histórica, em 2000. Comparativamente, no mesmo período do ano passado, registramos 388 mortes. Tais mortes não deveriam acontecer, pois o tratamento da dengue é simples, bastando garantir a hidratação dos pacientes.

Até o final de abril, foram notificados 2.963.994 casos de dengue, quatro vezes mais do que em 2023, e muitas vezes mais do que no Governo Bolsonaro. O Ministério da Saúde estima que o país registre, neste ano, 4,2 milhões de casos de dengue, e pelo menos mais mil mortes.

Mas a crise na saúde vai além. Os hospitais públicos enfrentam uma situação crítica, com falta de recursos, insumos e profissionais. O tempo de espera por atendimento médico e cirurgias aumentou drasticamente, colocando em risco a vida de milhões de brasileiros. Em 2023, o número de pacientes na fila por cirurgias eletivas



ultrapassou meio milhão de pessoas, outro recorde.

Nossa saúde financeira também vai mal, com um rombo fiscal recorde de R\$ 1,043 trilhão nos 12 meses até abril de 2023. Esse déficit compromete a credibilidade do Brasil perante investidores e agências de crédito internacionais, e limita a capacidade de o Governo investir em áreas essenciais como saúde, educação e segurança pública.

Assim como Dilma, Lula causou mais mal às contas públicas do que a pandemia de Covid, entregando, até agora, um déficit de quase 10% do PIB. A despesa com juros da dívida, que alcançou R\$ 776,3 bilhões no acumulado de 12 meses até abril, é um dos principais fatores para o aumento do déficit. O valor é o maior já registrado na série histórica.

Na área ambiental, a situação também é alarmante. As queimadas na Amazônia cresceram 154% em 2023, comparadas a 2022. No Cerrado, a situação foi ainda pior: a destruição daquele ecossistema ultrapassou a Amazônia, sendo responsável por 61% de todo o desmatamento registrado no país, o que equivale a mais de 1,1 milhão de hectares devastados, um aumento de 67,7% em comparação com o último ano do Governo Bolsonaro. Além disso, o desmatamento no Pantanal aumentou 59%. No total, foram 1,8 milhão de hectares devastados em 2023.

Em 2023, o número de invasões de terras aumentou 30%, agravando os conflitos no campo e prejudicando a produção agrícola. A insegurança jurídica promovida pelo Executivo, e por um Judiciário partidarizado, trouxe medo e incerteza a proprietários rurais, trabalhadores e comunidades inteiras. Não há firmeza por parte do governo para garantir a segurança da propriedade privada e o cumprimento das leis. O governo vai na direção oposta, quando apoia o terror promovido pelo MST, assim como na política externa apoia os terroristas do Hamas.

No campo da educação, as taxas de evasão escolar aumentaram 25% em 2023, outro recorde alarmante. Os resultados em avaliações nacionais e internacionais



mostram o declínio do desempenho estudantil, decorrente de cortes orçamentários, falta de investimentos em infraestrutura escolar e políticas educacionais ineficazes.

Os recordes negativos que estamos discutindo hoje serão piores no ano que vem, e são sintomas de um governo que tem falhado em cumprir suas promessas e obrigações para com o povo brasileiro. Sintomas, também, de uma imprensa conivente e de um Supremo Tribunal partidário, autoritário, que censura o debate, prende ou obriga os opositores a se exilarem. Não víamos isso desde a ditadura militar. A diferença é que antes os jornalistas manifestavam-se contra a censura, e hoje ela é defendida pela suposta elite intelectual brasileira.

Senhoras e Senhores: é fundamental que estejamos vigilantes e cobrando responsabilidade daqueles que nos governam. Precisamos de uma gestão que priorize a saúde, a segurança, a sustentabilidade e a justiça. Precisamos de líderes que sejam capazes de reverter esses recordes negativos e colocar o Brasil de volta no caminho do progresso e da prosperidade.

Muito obrigado.

Documento 4/9

114.2024	Sessão Ordinária - CD	12/06/2024-20:57
Publ.: DCD - 13/06/2024 -	Roberto Duarte-REPUBLICANOS -AC	
	ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

O Deputado tratou sobre a preocupante seca que assola o Acre, destacando o decreto de emergência ambiental emitido em 1º de junho. A medida, válida para todos os 22 Municípios do Estado, resulta da redução das chuvas e dos riscos de incêndios florestais. Pediu um esforço conjunto entre a União e os Ministérios, juntamente com a bancada legislativa, para apresentar soluções que minimizem os prejuízos sociais e econômicos a curto prazo e eliminem o isolamento de diversas cidades, cujo acesso só se dá por barco ou avião. Enfatizou a necessidade de um plano de contingência federal para evitar tragédias climáticas e assegurar a integração do Acre com o restante do Brasil, reiterando a importância de políticas que priorizem as necessidades das regiões



mais vulneráveis.

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO
ROBERTO DUARTE (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, ocupo a tribuna no dia de hoje para tratar sobre a preocupante seca que assola o Acre.

O Acre decretou ontem, dia 1/061, emergência ambiental por causa da redução da quantidade de chuvas e riscos de incêndios florestais. O decreto de nº 11.492 foi publicado no Diário Oficial do Estado, é válido para os 22 municípios acreanos e considera dados mapeados que "apontam que os rios do Estado tendem a apresentar cotas mínimas inferiores às cotas baixas de alerta e alerta máximo nos próximos meses".

O Acre, no começo deste ano, sofreu com uma alagação desproporcional, que atingiu 19 dos seus 22 municípios e, quando tenta se reerguer dessa tragédia, é acometido pela seca, que trará prejuízos sociais e econômicos, e riscos de incêndios florestais em todos os municípios do estado.

O mais grave nessa situação é que temos quatro municípios isolados, Santa Rosa, Porto Walter, Jordão e Marechal Thaumaturgo, cujo acesso só se dá por barco ou avião e, com tamanha seca, as viagens podem demorar bem mais que 10 dias de barco, aumentando, ainda mais, o isolamento, causando transtornos e risco de desabastecimento nessas cidades.

É preciso que a União se antecipe ao pior cenário e, em um trabalho conjunto dos ministérios com a nossa bancada no legislativo para que possamos apresentar soluções que, em curto prazo diminua os prejuízos sociais e econômicos e que, no longo prazo, encontre soluções para retirar nossos quatro municípios do isolamento.

O governo do Acre deve anunciar um plano de contingência para a situação, mas precisamos que o governo federal, através de seus técnicos, tenha um plano de contingência envolvendo as mais diversas áreas e fontes de recursos, para atender, de forma rápida, a situações como a que o meu estado vive, se antecipando à tragédia das queimadas, que podem comprometer lavouras e florestas.

É preciso entender que um governo não pode apenas responder



ao sabor das tragédias climáticas, mas deve conseguir prevenir situações extremas como as que enfrentamos apenas em 2024, de forma a garantir que o estado do Acre se sinta membro da federação brasileira.

Não podemos continuar normalizando a situação de que quatro cidades do Acre, anualmente, se sintam separadas do Brasil, Soluções existem e devem ser enfrentadas, para garantirmos a própria unidade do Acre e do Brasil.

Precisamos voltar ao conceito de menos Brasília e mais Brasil, mais Municípios; o Brasil das pessoas mais carentes, dos mais pobres que necessitam, dos que, em pleno século XXI, ainda estão isolados.

Era o que tinha a dizer. Solicito que esse pronunciamento seja divulgado na Voz do Brasil e nos demais meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 5/9

121.2024	Sessão Ordinária - CD	19/06/2024-15:20
Publ.: DCD - 20/06/2024	Coronel Assis-UNIÃO -MT	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado cobrou do Governo Federal a regulamentação do novo DPVAT, destacando que 140 mil vítimas, incluindo 30 mil indenizações por óbitos, aguardam o pagamento. Enfatizou a necessidade urgente de uma resposta, já que muitas dessas vítimas são provedoras de família. Também criticou a política ambiental do Governo Lula, apontando que o número de queimadas atingiu o maior patamar em 20 anos, com 27.914 registros, afetando principalmente a Amazônia, o Cerrado e o Pantanal. Mencionou que 372 mil hectares do Pantanal foram devastados, superando em 54% o pior ano de queimadas do bioma.

O SR. CORONEL ASSIS (Bloco/UNIÃO - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos aqui para fazer uma cobrança muito séria ao Governo Federal.

Há 33 dias foi aprovado o novo DPVAT, o famoso SPVAT — Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito. Recebemos



nesta Casa uma comitiva de advogados, pessoas que vieram fazer uma cobrança: que o Governo faça a regulamentação dessa lei. Afinal, o que estão esperando? Por que não regulamentaram o SPVAT ainda? Sr. Presidente, 140 mil vítimas aguardam a tal indenização, sendo 30 mil indenizações por causa de óbitos. Por mais que queiram fantasiar ou maquiar qualquer coisa, há algo estranho aí. Essas pessoas, as vítimas, às vezes são provedoras de família, e as famílias estão passando necessidade. Cadê o dinheiro do SPVAT? O Governo Federal precisa dar essa resposta.

Eu quero fazer também uma crítica à política ambiental da atual gestão do Governo Lula. O número de queimadas atinge o maior patamar dos últimos 20 anos: são 27.914 as queimadas registradas. Onde está a Ministra do Meio Ambiente? Não sei. Onde está o IBAMA e o ICMBIO? Alguém poderia falar sobre isso, dar uma resposta?

Pasme, Sr. Presidente: a Amazônia e o Cerrado são os biomas mais afetados, com cerca de 78% das queimadas registradas.

Eu quero trazer mais um dado, Sr. Presidente, sobre a queimada no Pantanal, que engloba os Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e um pedaço da Bolívia. O tamanho da devastação causada pelo fogo no Pantanal alcançou um novo patamar. De janeiro até terça-feira, dia 11 deste mês, 372 mil hectares foram atingidos e impactados pelos incêndios. Essa área supera à da cidade de São Paulo em 2 vezes, Sr. Presidente. A extensão da área afetada é 54% maior que a afetada pelas chamas em 2020, considerado o pior ano de queimadas do bioma.

Isso, com certeza, é reflexo de uma política ambiental que não existe, é reflexo de uma política do Governo Federal que deixa a desejar. Isso tem que ser cobrado desta tribuna por nós. Talvez isso e outros fatores, Sr. Presidente, façam com que o Governo Lula tenha uma desaprovação gigantesca. Na Região Centro-Oeste ela chega a 70% e, na Região Sudeste, a aproximadamente 60%. Então, o número de pessoas que acham que o Governo é regular ou ruim, segundo uma pesquisa que foi feita, é de setenta e tantos por cento dentre as que foram entrevistadas.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação desta nossa fala nos meios oficiais de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.



Sumário

O Deputado criticou a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, por terceirizar a culpa das queimadas recordes no Pantanal, atribuindo-as à crise climática, diferente de 2020, quando culpava o então Presidente Jair Bolsonaro pela destruição dos biomas. Criticou também o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, por minimizar os impactos econômicos das enchentes no Rio Grande do Sul, que causaram prejuízos significativos. Acusou o Governo de ser negligente e ineficiente, resultando em consequências negativas para a população e o meio ambiente.

O SR. DANIEL JOSÉ (Bloco/PODE - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Em 2020, a atual Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, fez um tuíte em que disse: *"O Pantanal arde em chamas, mas a postura inescrupulosa do Presidente"* — na época, o Presidente era Jair Bolsonaro — *"é dizer que são críticas desproporcionais. Criminosamente desproporcional é a falta de medidas do Governo para enfrentar o tamanho do problema da destruição dos biomas brasileiras (sic)"*.

Houve um pequeno erro de português. A Ministra, na época Deputada Marina Silva, empregou erroneamente a língua portuguesa e cometeu um pequeno deslize. Mas o mais importante é o conteúdo desta mensagem. O mais importante é ver que atualmente, em 2024, o Brasil tem recordes de queimadas e que o Pantanal está numa situação crítica, e a desculpa do momento já não é mais o Presidente. Não! Desta vez, a desculpa não é mais o Presidente. A culpada, na verdade, é a crise climática.

Vejam que conveniente é para a Ministra do Meio Ambiente terceirizar a culpa de uma gestão desastrosa! Na época, em 2020, ela tinha a maior tranquilidade e zero compromisso em dizer que a responsabilidade era do Governo Federal e ponto! Agora, não! Em 2024, o cenário é diferente. Já não são mais culpa do Governo os índices recordes de queimas de florestas e do Pantanal brasileiro. Não! Agora, a culpa é das crises climáticas que o Brasil e o mundo enfrentam.

Enfim, este é o tipo de hipocrisia que nós vemos da Esquerda, não só quando o assunto é o meio ambiente, mas também quando o assunto é a economia. Hoje mesmo, o Ministro Haddad minimizou o impacto econômico dessa enchente histórica no Rio Grande do Sul. Disse ele que os impactos são mínimos; que, a médio prazo, tudo estará resolvido; que agora não há muito com o que se preocupar; e que a economia do Rio Grande do Sul não foi muito afetada por conta das enchentes.

Porém, as estimativas mais benevolentes feitas por técnicos dizem que o



prejuízo está em torno de 10 bilhões de reais, isso em termos de infraestrutura, em termos de tudo aquilo que foi destruído, das mais de 60 mil casas destruídas. Agora, quando nós levamos em consideração todo o impacto econômico que as enchentes históricas no Rio Grande do Sul causam na economia gaúcha, nós vemos que este número, com certeza, será muito maior.

O Rio Grande do Sul é um dos Estados que mais contribuem para o PIB brasileiro e, na atual situação das coisas, com certeza o impacto do Produto Interno Bruto e do desemprego para a população gaúcha será muito maior. É pena um Governo que diz ser o Governo do amor, o Governo que combate a pobreza, ser tão negligente, fazer tanto descaso com quem está sofrendo, fazer tanto descaso, no caso da Ministra Marina Silva, com o meio ambiente!

Esta é a hipocrisia daqueles que, lá atrás, acusavam o Governo Bolsonaro de ser ineficiente em relação ao meio ambiente, de levar para a frente uma conduta econômica abaixo daquela que deveria ser a ideal, mas que hoje cometem erros após erros. No fim das contas, quem paga a conta é toda a população brasileira, é quem mais sofre no Brasil, a população mais pobre. Quem mais paga a conta é nosso meio ambiente, que sofre uma destruição sem precedentes, por conta desta gestão desastrosa do Ministério do Meio Ambiente; e, na economia, por conta desta gestão desastrosa do Ministro Fernando Haddad.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 7/9

125.2024	Sessão Ordinária - CD	25/06/2024-17:32
Publ.: DCD - 26/06/2024	Reinhold Stephanes-PSD -PR	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a falta de posicionamento dos artistas que vivem da Lei Rouanet sobre questões graves como o aumento recorde de queimadas no Pantanal, na Amazônia e na Mata Atlântica, além do surto de dengue que afetou mais de 6 milhões de brasileiros. Também mencionou a violência contra a mulher e a situação dos ianomâmis, denunciando o sigilo imposto pelo Governo sobre os dados de mortes. Além disso, expressou sua preocupação com a decisão do Supremo Tribunal Federal de descriminalizar o porte e uso de maconha, alertando para as consequências negativas para a sociedade e o combate ao tráfico de drogas.



O SR. REINHOLD STEPHANES (Bloco/PSD - PR. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Deputado Sóstenes Cavalcante, é bom vê-lo conduzindo esta sessão hoje.

O que me traz à tribuna hoje é a falta que sinto dos artistas brasileiros da "Iacrolândia", daqueles esquerdistas que hoje vivem da Lei Rouanet. Falavam dos ianomâmis, falavam da COVID, falavam da Amazônia e da violência contra a mulher. Eu não os vejo denunciar agora as maiores queimadas da história, o aumento em mais de 1.000% das queimadas no Pantanal e na Amazônia e o recorde de queimadas na Mata Atlântica. Lula e a Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, vão deixar o Brasil em cinzas daqui a pouco. E eles não falam nada.

Não falam nada também da dengue, dessa doença que mais de 6 milhões de brasileiros contraíram neste ano e que gerou mais de 3 mil mortes. Os artistas não falam nada sobre isso.

Não falam nada da violência contra a mulher, como a que aconteceu contra Natália Schincariol. Aquela frase ridícula que era usada — *"mexeu com uma, mexeu com todas"* — não serve para o filho do Lula, para denunciar a violência física e mental que ele cometeu.

Da mesma forma, não falam dos ianomâmis. Em 2023, houve recorde de mortes de ianomâmis no Brasil, 363 índios morreram, quase todos crianças. Neste ano de 2024, não sabemos de nada! E por que não sabemos de nada? Porque está em segredo. Lula botou em segredo os dados sobre a morte de ianomâmis no Brasil.

É uma vergonha: o que se fala não se faz. Eles criticavam, e agora acontece muito pior, e nada é dito pela grande mídia, pelos artistas e pelos "esquerdopatas".

Hoje também é um dia muito triste porque vimos o Supremo Tribunal Federal formar maioria para descriminalizar o porte e o uso de maconha. Eu acho que os Ministros do Supremo não vivem na sociedade brasileira, não têm noção do que acontece no Brasil. Nunca visitaram, eu acho, uma casa de apoio a viciados, nem conhecem famílias que têm dependentes de drogas, para verem o sofrimento, a morte que isso gera. Os Ministros do Supremo não acompanham os policiais que combatem o tráfico nas ruas. Daqui para a frente, se você estiver com certa quantidade de maconha, não será acusado de crime. Vai ser muito mais difícil combater o tráfico de drogas no País, vão aumentar, vão proliferar os usuários de drogas no País. É uma tristeza ver a Suprema Corte legislar, o que não é função dela.

Eu gostaria que votássemos na Casa a proibição do uso de qualquer tipo de droga no País.

Obrigado, Sr. Presidente.



Documento 8/9

125.2024	Sessão Ordinária - CD	25/06/2024-18:16
Publ.: DCD - 26/06/2024 -	José Medeiros-PL -MT	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 561, de 2024, que cria a Semana Nacional da Maternidade Atípica. Ademais, defendeu o Governo do ex-Presidente Jair Bolsonaro, criticando o Governo Lula, especialmente em relação à política ambiental e aos incêndios na Amazônia e no Pantanal. Além disso, prestou solidariedade aos familiares do ex-Deputado Arnaldo Faria de Sá, defendendo sua memória, e repudiou a homenagem da Câmara dos Deputados a Ministro de Estado que atenta contra os direitos humanos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu tenho visto as manifestações feitas aqui da tribuna e também as deste Governo. Vi, por exemplo, a Ministra Marina Silva se manifestando sobre o incêndio na Amazônia, e a culpa era do Bolsonaro. Agora, há um incêndio no Pantanal, e a culpa é do Bolsonaro. Se vão citar qualquer problema, a culpa é do Bolsonaro. Realmente, se não existisse o Bolsonaro, acho que este Governo não existiria, porque não ele tem nada a apresentar, então tem que falar de Bolsonaro.

Sr. Presidente, eu queria aproveitar para me solidarizar com a família do ex-Deputado Arnaldo Faria de Sá, porque a verve com que falaram contra ele aqui eu não tenho visto ser usada contra outras figuras importantes da República. Um Ministro recebeu medalha nesta Casa, um Ministro que notoriamente atenta contra os direitos humanos, e outro que recebeu medalha nesta Casa chamou Joaquim Barbosa de negro de primeira linha, o que é um eufemismo para a expressão "negro de alma branca".

O SR. PRESIDENTE (Sóstenes Cavalcante. PL - RJ) - O PL orienta "sim", Deputado José Medeiros?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) - O PL orienta "sim".

Documento 9/9

127.2024	Sessão Ordinária - CD	26/06/2024-17:54
Publ.: DCD - 27/06/2024 -	Jefferson Campos-PL -SP	



Sumário

O Deputado denunciou as queimadas no Pantanal em 2024, destacando a gravidade dos incêndios que devastaram o bioma. Ademais, alertou para o aumento alarmante da área queimada, que já ultrapassou significativamente os registros de anos anteriores. Além disso, condenou a inércia do Governo federal diante dessa crise ambiental, ressaltando a necessidade urgente de medidas eficazes para combater os incêndios, fortalecer a prevenção e fiscalização, além de conscientizar a população. Por fim, convocou o apoio de todos para iniciativas que garantam a proteção do Pantanal e assegurem um futuro sustentável para as próximas gerações.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JEFFERSON CAMPOS (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, venho abordar uma questão urgente e preocupante: as queimadas no Pantanal em 2024.

Nosso bioma enfrenta uma situação crítica, com incêndios devastadores que afetam a fauna, flora e todo o ecossistema.

Neste ano, a área queimada no Pantanal já é quase quatro vezes maior que o território da cidade de São Paulo. Os focos de incêndio cresceram 8% (oito por cento) em comparação com o mesmo período de 2020.

As queimadas nos seis primeiros meses de 2024 já são 8% (oito por cento) maiores em comparação com 2020.

Esse foi o ano recorde de queimadas em todo o bioma, quando cerca de 26% (vinte e seis por cento) do Pantanal foi consumido pelo fogo durante vários meses. A fauna e a flora pantaneira estão novamente em risco, com jacarés carbonizados e vegetação transformada em cinzas.

Não posso deixar de expressar minha preocupação com a inércia do governo federal em relação às queimadas no Pantanal. É inadmissível que, diante de uma crise ambiental tão grave, não tenhamos ações efetivas para proteger nosso patrimônio natural.

O governo precisa assumir sua responsabilidade e tomar medidas urgentes para combater os incêndios, investir em prevenção e fiscalização, e



promover a conscientização da população. A falta de ação compromete não apenas o Pantanal, mas também o futuro das próximas gerações. É hora de agir, e agir com determinação.

Como representante do povo, insto a todos a apoiar medidas de prevenção, fiscalização e conscientização. Juntos, podemos enfrentar essa crise e preservar o Pantanal para as futuras gerações.

Solicito a Vossa Excelência, que autorize a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no Programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.
